

ABORDAGENS SOBRE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE ATUANTES EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS

APPROACHES TO FOOD AND NUTRITION: UNIVERSITY EXTENSION WITH COMMUNITY HEALTH AGENTS WORKING IN AMAZON RIVERSIDE COMMUNITIES

Glenda Maria Pereira Monteiro ¹

Rayane Santos de Oliveira ²

Graziela de Oliveira Lopes ³

Leonardo Leal da Silva ⁴

Thainá Pereira da Costa ⁵

Amanda Forster Lopes ⁶

Resumo: O presente relato discorre a experiência de extensão universitária de discentes do curso de Nutrição da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, com Agentes Comunitários de Saúde (ACS), atuantes em comunidades ribeirinhas no Amazonas. Foram abordadas três temáticas: transição alimentar e nutricional, classificação NOVA dos alimentos e estado nutricional (EN), com enfoque para dinâmicas, com participação ativa dos ACS. O objetivo foi planejar e realizar atividades de capacitação com base nas políticas públicas e documentos existentes sobre alimentação e nutrição do Ministério de Saúde. Como resultado, verifica-se a falta de capacitação adequada e de conhecimentos básicos e significativos que permitam aos ACS uma atuação segura e baseada em evidências. Nesse sentido, a iniciativa foi de suma importância para os discentes perceberem a realidade nas dinâmicas da atenção primária à saúde no interior do Amazonas assim como a importância de capacitações nas temáticas de alimentação e nutrição para o incentivo de práticas que promovam uma alimentação adequada e saudável nessas comunidades ribeirinhas.

Palavras-chave: Capacitação profissional. Programas e políticas de nutrição e alimentação. Agentes Comunitários de Saúde. População amazônica. Ribeirinhos.

1 Discente do curso de nutrição. Instituto de Saúde e Biotecnologia. Universidade Federal do Amazonas – ISB/UFAM. Lattes <http://lattes.cnpq.br/4604784868406126> E-mail: maria18glenda@outlook.com

2 Discente do curso de nutrição. Instituto de Saúde e Biotecnologia. Universidade Federal do Amazonas – ISB/UFAM. Lattes <http://lattes.cnpq.br/4256604679136227> E-mail: rayanesantos3391@gmail.com

3 Discente do curso de nutrição. Instituto de Saúde e Biotecnologia. Universidade Federal do Amazonas – ISB/UFAM. Lattes <http://lattes.cnpq.br/6434564717721146> E-mail: grazielalopes547@gmail.com

4 Discente do curso de nutrição. Instituto de Saúde e Biotecnologia. Universidade Federal do Amazonas – ISB/UFAM. Lattes <http://lattes.cnpq.br/5676659434608591> E-mail: leonardolealdasilva97@gmail.com

5 Discente do curso de nutrição. Instituto de Saúde e Biotecnologia. Universidade Federal do Amazonas – ISB/UFAM. Lattes <http://lattes.cnpq.br/5023273179826740> E-mail: thayna2000pereira@gmail.com

6 Docente. Departamento de Alimentos e Nutrição. Universidade Federal de Santa Maria – DaNut/UFSM. Lattes <http://lattes.cnpq.br/5792668830160944> E-mail: amanda.flopes@yahoo.com.br

Abstract: This report discusses the university extension experience of students of the Nutrition course at the Federal University of Amazonas – UFAM, with Community Health Agents (CHA), working in riverside communities in Amazonas. Three themes were addressed: food and nutritional transition, NOVA classification of foods and nutritional status (NE), with a focus on dynamics, with the active participation of the CHAs. The objective was to plan and carry out training activities based on public policies and existing documents on food and nutrition from the Ministry of Health. As a result, there is a lack of adequate training and basic and significant knowledge that allows the CHAs to act safely and based on evidence. In this sense, the initiative was of paramount importance for students to realize the reality in the dynamics of primary health care in the interior of Amazonas as well as the importance of training in food and nutrition to encourage practices that promote adequate and healthy eating in these riverside communities.

Keywords: Professional Training. Nutrition Programs and Policies. Community Health Workers. Amazonian population. Riparian.

Introdução

O processo de transição nutricional diz respeito às mudanças no padrão alimentar que refletem na saúde e no estado nutricional da população, caracterizadas pela redução das prevalências de desnutrição e aumento do sobrepeso e da obesidade, assim como suas comorbidades associadas. Muitos são os fatores que influenciam essas alterações nos hábitos alimentares, dentre eles a urbanização e globalização crescente, aspectos culturais, ambientais e socioeconômicos (MARTINS *et al.*, 2021).

Nesse contexto, a abordagem de temáticas relacionadas à alimentação e nutrição têm ganhado destaque, o que demanda que gestores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) se atentem para a nutrição como uma possibilidade de trabalhar a percepção dos aspectos que determinam o processo saúde-doença, intervir sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde identificados em cada território, e, com a participação popular, favorecer a autonomia e escolhas alimentares saudáveis (DE FREITAS *et al.*, 2023).

Por serem fatores determinantes e condicionantes para a saúde, abordagens sobre alimentação e nutrição tendem a ter grande importância na atenção primária à saúde (APS). Nesse sentido, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), constitui-se numa resposta oportuna e específica do SUS para reorganizar, qualificar e aperfeiçoar as ações para o enfrentamento da complexidade da situação alimentar e nutricional da população brasileira (BRASIL, 2015).

Resultado das suas diretrizes, o Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) é um documento oficial do Ministério da Saúde que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, configurando-se como um instrumento norteador de ações de educação alimentar e nutricional e indutor de programas e políticas de saúde no SUS e em outros setores (LOUZADA *et al.*, 2019).

Com papel protagonista para a disseminação de informações referentes à saúde pelo seu contato direto e cotidiano com a população e por se tratar dos profissionais que residem nas comunidades e conhecem as suas peculiaridades (ALMEIDA *et al.*, 2022), principalmente em um contexto áreas ribeirinhas, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são indispensáveis também para a divulgação acerca das informações contidas no GAPB, no âmbito da prevenção e promoção de uma alimentação saudável e adequada.

Frente ao exposto, esse relato de experiência teve como objetivo descrever a vivência de uma

capacitação sobre temáticas relacionada à alimentação e nutrição direcionada aos ACS atuantes em comunidades ribeirinhas no interior do Amazonas.

Metodologia

Trata-se do relato da experiência sobre um projeto de extensão universitária realizado por alunos do curso de Nutrição de uma universidade pública localizada na região do Médio Solimões, interior do Amazonas.

O projeto do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE) intitulado “Ações de Alimentação e Nutrição em Saúde Pública: um assunto para todos” teve como objetivo planejar e realizar atividades de capacitação com base nas políticas públicas e documentos existentes sobre alimentação e nutrição do Ministério de Saúde, com funcionários atuantes na rede pública do município de Coari-Am.

A partir das discussões com o grupo de 10 discentes de Nutrição foi definido que o público-alvo seriam os ACS que atuam em comunidades ribeirinhas, os quais mensalmente se reúnem na zona urbana do município. O enfoque foi a realização de atividades dinâmicas, que permitissem a participação ativa dos participantes, assim como a troca de experiências.

A capacitação ocorreu no dia 1º de junho de 2023, durante os períodos da manhã e tarde, com o total de 85 ACS. Foram definidas três temáticas: transição epidemiológica e nutricional, a classificação NOVA dos alimentos (BRASIL, 2014), adotada pelo GAPB e, por fim, uma abordagem sobre a importância da identificação do estado nutricional.

Inicialmente foram distribuídos folders, contendo informações sobre todas as temáticas desenvolvidas na capacitação, que serviram de material de apoio e anotações. Maçãs ilustrativas, utilizadas para interação entre os discentes e os participantes nos momentos de perguntas e dinâmicas de verdadeiro/falso, também foram distribuídas, em que o lado verde sinalizava resposta positiva/verdadeira e o vermelho resposta negativa/falsa (Figura 1).

Para abordar sobre a transição epidemiológica e nutricional, utilizou-se a exposição de slides com figuras ilustrativas que mostravam situações prévias e atuais condizentes com o tema, como por exemplo trabalhos manuais versus uso de maquinários, alimentos *in natura* versus alimentos ultraprocessados. No decorrer da explicação feita pelos discentes, os participantes foram convidados a comentar situações semelhantes que percebiam nas comunidades. Ainda, as maçãs ilustrativas foram utilizadas para que os ACS respondessem a pergunta “você percebe mudanças nos hábitos alimentares na população que você trabalha?”. A segunda atividade, foi uma dinâmica de verdadeiro ou falso para a fixação dos conceitos abordados durante a exposição sobre o assunto, em que também foram utilizadas as maçãs.

Ao transacionarmos o tema para a classificação dos alimentos segundo o grau de processamento, inicialmente os ACS responderam à pergunta “você sabem que existe um guia do Ministério de Saúde com informações sobre como ter uma boa alimentação?”, com o uso das maçãs.

O GAPB foi então apresentado, com o uso de slides, com uma explicação quanto o grau de processamento dos alimentos: alimentos *in natura* ou minimamente processados, alimentos que não sofrem nenhuma alteração e são obtidos diretamente das plantas e animais; alimentos minimamente processados, que sofreram mínimas alterações, como corte, secagem, dentre outros; alimentos processados, que correspondem aos produtos que são preparados com a adição de açúcar ou sal, como frutas em caldas, queijos, legumes em conserva, dentre outros; e por fim os alimentos ultraprocessados, que sofrem várias etapas e técnicas de processamento, incluindo a adição de diversos ingredientes, como corantes, aromatizantes, edulcorantes, estabilizantes, entre outros (BRASIL, 2015).

Posteriormente, foi proposta uma prática em que os ACS foram subdivididos em grupos e receberam embalagens de alimentos aleatórios, para a leitura da lista de ingredientes e então classificação dos alimentos segundo a NOVA. No fim, os grupos tiveram um tempo cronometrado de 10 minutos para

definir a classificação da embalagem do alimento quanto ao seu grau de processamento, no intuito de corroborar para a assimilação do conteúdo e verificar a aprendizagem.

Quanto a identificação do estado nutricional, foi realizada uma apresentação em formato de slides com conteúdo referente à aferição do peso e da estatura em diferentes faixas etárias e a classificação do estado nutricional pelo Índice de Massa Corporal (IMC). Sobre esse conteúdo um pôster, contendo as classificações do IMC para adultos e idosos e as curvas de crescimento para crianças e adolescentes, foi exposto para consulta e assimilação do conteúdo. Em seguida, uma demonstração de como aferir o peso, a estatura e a circunferência da cintura de forma fidedigna foram realizadas, com instruções de como classificar o estado nutricional dos ribeirinhos. Ao longo da apresentação, foram feitas perguntas aos participantes, a fim de conhecer melhor a prática dos ACS nas comunidades ribeirinhas, nas quais foram: “Vocês usam balanças para aferir o peso?”, “Vocês têm e usam fita métrica para medir altura?”.

Ao longo das atividades, as maçãs foram usadas com o propósito de quantificar as respostas a partir dos registros fotográficos realizados, que embasaram parte dos resultados e discussão do presente relato, elaborados também pelas percepções dos alunos e professora, participantes da experiência relatada.

Resultados e discussão

Observou-se interesse dos participantes quanto a capacitação oferecida, cuja participação foi ativa nas atividades propostas, que foram cuidadosamente elaboradas com vista a promover o diálogo entre os ACS e os discentes facilitadores, com o uso da exposição dialogada dos temas, de forma a provocar reflexões e possibilitar que os participantes trouxessem aos discentes suas experiências, assim trocas entre a teoria assimilada nas disciplinas do curso de Nutrição, com enfoque nas informações contidas no GAPB, e a vivência dos agentes em comunidades ribeirinhas foram realizadas (BRASIL, 2019).

As atividades propostas seguiram o raciocínio inicial de convidar os participantes a refletir quanto às mudanças que correspondem ao cenário de transição epidemiológica e nutricional nas comunidades em que residem e atuam.

Para dar ênfase a primeira temática, ao perguntar sobre o conhecimento do que é a transição alimentar notou-se que a maior parte respondeu que não, que o termo usado ainda não tinha sido ouvido por eles. Ao serem questionados sobre a percepção de mudanças nos hábitos alimentares na população nas comunidades em que trabalham, 84,7% responderam de forma positiva (Tabela 1).

As trocas sobre o tema despertaram a percepção de que anteriormente os alimentos consumidos na comunidade eram, em sua maioria, provenientes de plantações locais, cultivadas pelos próprios moradores e que, atualmente, esses alimentos são levados para a cidade e comercializados nas feiras. Então, com o dinheiro obtido dessa venda, os moradores retornam à comunidade com alimentos comprados na cidade, os quais na grande maioria são os alimentos ultraprocessados.

Tabela 1. Número e proporção das respostas positivas e negativas das perguntas realizadas durante a capacitação sobre aspectos da alimentação e nutrição direcionada aos Agentes Comunitários de Saúde atuantes em comunidades ribeirinhas. Junho-2023, Coari-AM (n=85).

Perguntas	Respostas - n (%)	
	Sim	Não
Vocês percebem mudanças nos hábitos alimentares na população que vocês trabalham?	72 (84,7)	13 (15,3)
Sabiam que existe um Guia que nos auxilia a ter uma boa alimentação?	10 (11,8)	75 (88,2)

Vocês possuem balança para medir o peso?	6 (7,0)	79 (93,0)
Vocês possuem fita métrica para medir a estatura?	21 (24,7)	64 (75,3)

Fonte: os autores (2023).

Os ACS destacaram ainda as facilidades trazidas pela evolução de maquinários e aparelhos, como roçadeiras, motores de rabetta e bombas d'água, que simplificam o dia a dia dos moradores das comunidades, e que também foram associadas ao aumento do sedentarismo, presente ainda no público infantil, em que, segundo relatos, tem passado menos tempo brincando nas áreas comunitárias e mais tempo utilizando telas, como televisão, tablets e celulares, especialmente nos últimos tempos, à medida que muitas comunidades passaram a ter acesso à internet.

Seguindo o raciocínio, foi percebido pelos ACS a influência das telas nos hábitos alimentares. Comerciais de televisão e vídeos na internet foram citados, os quais têm ganhado espaço despertando o interesse nos produtos propagados, principalmente para as crianças das comunidades, que têm deixado sua cultura de lado, no que se refere ao consumo de alimentos regionais, e aderido ao consumo de alimentos ultraprocessados, em que foram citados os embutidos (salsichas, calabresa e outros produtos cárneos), enlatados e doces artificiais, que, segundo os participantes, estão cada vez mais presentes nas tabernas de comércio de alimentos existentes nas comunidades.

Medeiros e Mainbourg (2023) destacam que o processo da transição nutricional nas comunidades ribeirinhas do Amazonas tem sido gradual, ou seja, ainda se nota refeições com alimentos in natura da região, ao mesmo tempo que se percebe a adoção dos novos hábitos, caracterizado pelo consumo de alimentos ultraprocessados. Estudo na mesma região no Médio Solimões indica que a população ribeirinha já adota padrões com a presença desses alimentos, devido sobretudo ao aumento da globalização assim como dos comércios e semelhantes que têm se propagado nas comunidades da região amazônica (GAMA et al., 2022).

Nesse contexto, as mudanças nos níveis dos rios são aspectos peculiares da região que influenciam as dinâmicas de plantação e aquisição de alimentos advindos da caça e pesca, que refletem no aumento ou redução do consumo de alimentos regionais, assim como dos ultraprocessados (GUIMARÃES et al., 2024), particularidades que precisam ser englobadas nas abordagens e adaptadas nas orientações com base nas informações científicas que foram traduzidas para a população através do GAPB.

Nesse sentido a próxima etapa foi apresentar aos participantes a classificação NOVA, adotada pelo GAPB, cuja existência era desconhecida por 88,2% dos ACS (Tabela 1). A importante proporção dos participantes que desconhece o Guia ressalta a importância da realização rotineira de cursos e capacitações a esse público, assim como para outros profissionais atuantes na Atenção Primária à Saúde (APS), como médicos e enfermeiros, em que evidências também identificaram baixa familiaridade com a existência e o conteúdo do GAPB (RODRIGUES E GARCIA, 2023).

A atividade posterior à exposição dialogada sobre a classificação NOVA foi de observação das embalagens, que possibilitou primeiramente que os participantes identificassem o local correto de leitura (lista de ingredientes), em que num primeiro momento os olhares se direcionaram para as tabelas de composição nutricional. O método foi utilizado com o uso de embalagens reais dos alimentos que eles consomem e já tem familiaridade (Figura 1), a fim de demonstrar também que a educação alimentar e nutricional (EAN) tem relevância nas tomadas de decisões quanto à hábitos alimentares saudáveis, e que uma simples prática pode influenciar e promover a autonomia para a identificação de alimentos saudáveis ou não, atividade que eles podem facilmente aplicar nas comunidades em que atuam.

Menegassi et al. (2018) destacam que o conhecimento acerca da classificação NOVA de alimentos tem importância no sentido de despertar o consumidor para a compreensão das alterações negativas da qualidade de sua alimentação e permitir avanços necessários para o seguimento das diretrizes alimentares apresentadas pelo GAPB, de forma a promover a sua saúde, melhorar o seu estado nutricional bem como reduzir a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis.

Sobre essas abordagens há ferramentas importantes que direcionam a aplicação de atividades de EAN na APS, que visam à valorização da cultura alimentar dos sujeitos, bem como de sua comunidade e família assim como dos alimentos acessíveis em sua localidade. Tais instrumentos reforçam conceitos importantes definidos no campo da EAN e podem ser usados como material de apoio para o direcionamento de como alcançar resultados na prática da rotina de um serviço de saúde, auxiliando os profissionais na tomada de decisões (França e Carvalho, 2017).

Figura 1. Exposição das temáticas abordadas e atividade prática de leitura dos rótulos junto aos agentes comunitários de saúde (ACSs) atuantes em comunidades ribeirinhas. Coari, AM (2023).



Fonte: Acervo do projeto (2023).

Compreender a classificação NOVA é um passo inicial, uma vez que o GAPB tem uma abordagem ampla ao considerar as particularidades regionais, culturais e sociais da população brasileira e abordar diversos aspectos da alimentação, como a escolha de alimentos e suas combinações, os modos de preparo e consumo, além de sugerir formas de superar obstáculos à alimentação saudável e enfatizar a importância de uma alimentação sustentável, que respeite o meio ambiente e valorize a agricultura familiar (BRASIL, 2014), temáticas que renderiam uma capacitação continuada a esse e outros públicos que atuam no âmbito da APS.

Assim, compreender o conteúdo e as abordagens do GAPB é de suma importância, uma vez que o ACS, inserido como parte da comunidade e responsável por regiões adscritas, é primordial no reconhecimento das demandas das famílias e têm potencial para direcionar e melhorar as ações em saúde necessárias àquela população, de forma a permitir a assimilação das informações, inclusive relacionadas à alimentação, com vista à promoção da saúde e prevenção de doenças (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Destaca-se a importância de que as informações contidas no GAPB sejam conhecidas para que os ACS tenham autonomia e informação para atuar na promoção da saúde nas regiões ribeirinhas, lacuna identificada a partir da atividade proposta, já que parte importante não possuía conhecimento sobre a existência do GAPB, e, conseqüentemente, do seu conteúdo.

Por se tratarem de sujeitos de extrema importância para a realização de uma educação em saúde eficaz, com a capacidade de implementar mudanças em longo prazo a partir da compreensão do contexto e dos desafios inerentes à transição alimentar e nutricional para se ter uma alimentação adequada e saudável, destaca-se a relevância da educação permanente a esses profissionais (RODRIGUES E GARCIA, 2023), com o objetivo de motivar os mesmos a buscarem novas estratégias que promovam o aprendizado na comunidade e garantam a qualidade das informações transmitidas.

No que diz respeito a última temática abordada, foi observado uma relevante carência entre os ACS de equipamentos que possibilitem a adequada aferição das medidas antropométricas básicas, assim como do domínio quanto a como transformar esses dados em informações úteis para a atuação prática, ou seja, a classificação do estado nutricional.

A maioria dos ACS (93,0%) responderam não possuir balança digital (Tabela 1), por não receberem da prefeitura ou por terem o material, no entanto carecendo de manutenção, em que muitos detalharam

que a aquisição foi com recurso próprio. Sobre a fita métrica, na mesma tabela, nota-se resultado foi semelhante, 75,3% não possuíam o material, e, quando perguntado se eles faziam seu uso, muitos relataram que o uso mais comum era para aferir a estatura e circunferência cranioencefálica de bebês e crianças.

Equipamentos como estadiômetro, fita antropométrica e balança são tidos como ferramentas básicas para possibilitar uma adequada organização da APS, cuja estrutura organizacional deve ser composta por recursos físicos e materiais, força de trabalho e recursos financeiros. Na rotina de atendimentos e atividades coletivas das equipes de saúde, os registros de avaliação antropométrica (peso, altura/comprimento, circunferências) e consumo alimentar (marcadores de consumo alimentar) no e-SUS contribuem para o desenvolvimento da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), ao possibilitar a identificação de indivíduos/grupos com agravos ou riscos relacionados ao estado nutricional e ao consumo alimentar, podendo subsidiar as práticas de cuidado individuais e também as coletivas (BRASIL, 2022).

Para além da inclusão de dados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), abordar sobre a importância da VAN para o conhecimento das condições de saúde da população, possibilitar aos ACS os equipamentos básicos necessários e emponderá-los quando a aferição das medidas, cálculo do IMC e classificação do estado nutricional é de suma importância no contexto de comunidades ribeirinhas, cujos moradores carecem de um adequado acompanhamento e acesso à serviços básicos de saúde, e que a prevenção de doenças e promoção da saúde têm papel primordial.

Almeida e seus colaboradores (2022) evidenciam que, apesar dos desafios, os ribeirinhos buscam acesso aos serviços de saúde na sede do município. Contudo, ainda não há uma priorização que considere as especificidades dessa população, não existem fluxos ou protocolos padronizados para atendimento, sendo importante a elaboração e a implementação de fluxos de referência e contrarreferência, de modo que haja um acompanhamento contínuo do usuário dentro da Rede de Saúde, atenuando a fragmentação do cuidado. Ainda, é essencial que haja uma escuta atenta sobre os problemas e desafios enfrentados pela população, que geralmente são identificados pelos ACS.

Esses profissionais, considerados promotores do cuidado, são atores importantes no cotidiano das comunidades ribeirinhas e fazem a diferença como redes vivas no território do cuidado em saúde. Portanto, a carência de profissionais, assim como o adequado conhecimento para abordagens em saúde, tende a defasar a assistência e o cuidado, o que impossibilita e dificulta prestações adequadas à saúde. Apesar da existência de todo o aparato legal que torna obrigatória a realização dessas ações, a cobertura do SISVAN ainda é insuficiente e a qualificação da força de trabalho representa uma necessidade histórica e estratégica para a promoção da alimentação adequada e saudável e para o combate e prevenção de agravos nutricionais (SILVA *et al.*, 2016).

Frente ao exposto, destaca-se que possibilitar aos ACS, atuantes em comunidades ribeirinhas amazônicas, o acesso ao conhecimento sobre temáticas atuais e relevantes em alimentação e nutrição é *fundamental para reiteração dos profissionais* quanto as atividades práticas e teóricas que possam exercer, seja na promoção de hábitos alimentares saudáveis, na prevenção de doenças relacionadas à alimentação ou na classificação do estado nutricional da comunidade. Arêdes e colaboradores (2020) destacam que a extensão universitária tem um papel primordial na *divulgação das pesquisas científicas*, pois, a população adquire conhecimento sobre ciência e sua aplicabilidade.

Apesar das diversas diretrizes e orientações publicadas pelo Ministério da Saúde sobre a Atenção Nutricional, ainda é necessário avançar na incorporação dessas informações na rotina e nas práticas dos profissionais de saúde, por meio de uma abordagem ampla que envolva desde o diagnóstico nutricional até o desenvolvimento de ações de promoção da alimentação adequada e saudável e de atividades físicas (BORTOLINI *et al.*, 2020).

Por fim, nota-se a falta de capacitação adequada e de conhecimentos básicos e significativos para permitir aos ACSs atuantes em Coari uma atuação mais segura e baseada em evidências. Portanto, é de suma relevância que essas ações de capacitações existam e sejam implementadas de forma contínua a esses atores imprescindíveis no âmbito da APS e que possuem participação ativa e intimista com a comunidade.

Considerações finais

Há carência de informações sobre aspectos da alimentação e nutrição entre os ACS atuantes em comunidades ribeirinhas no Médio Solimões. Ressalta-se a importância de que gestores reconheçam as lacunas e busquem alternativas continuadas de capacitação aos ACS. Destaca-se que a realização dessa ação de extensão universitária foi imprescindível para integrar os conhecimentos científicos adquiridos pelos alunos com os conhecimentos populares e a vivência dos ACS e, ainda que de maneira pontual, apontar lacunas importantes no que diz respeito à promoção de uma alimentação adequada e saudável no âmbito da saúde pública.

Referências

ALMEIDA, Vanessa Figueiredo de et al. Caminhos da população ribeirinha no acesso à urgência e à emergência: desafios e potencialidades. *ASKLEPION: Informação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 26, p. e210769, 2021.

ARÊDES, Anália et al. Rompendo os muros da universidade: divulgação e popularização das pesquisas científicas com formigas. *Extensão rural em foco: apoio à agricultura familiar, empreendedorismo e inovação*. Guarujá: Científica Digital, p. 196-203, 2020.

BORTOLINI, Gisele Ane et al. Ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 44, p. e39, 2020.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia para a organização da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde.

Universidade Federal de Sergipe. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo: implementando o guia alimentar para a população brasileira em equipes que atuam na Atenção Primária à Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde; Universidade de São Paulo. – Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Matriz para Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

DE FREITAS, Islla Silva et al. Food and nutrition actions to face Noncommunicable Diseases from the perspective of Primary Health Care in Brazil: a scoping review. *Journal of Human Growth and Development*, v. 33, n. 1, p. 18-32, 2023.

SILVA, Ludmilla Barros Araújo et al. Capacitação de agentes comunitários de saúde para fortalecimento do SISVAN. *Revista Ciência e Extensão*, V.12, n.1, p.80-96, 2016.

FRANÇA, Camila de Jesus; CARVALHO, Vivian Carla Honorato dos Santos de. Estratégias de educação alimentar e nutricional na Atenção Primária à Saúde: uma revisão de literatura. *Saúde em Debate*, v. 41, p. 932-948, 2017.

GAMA, Abel Santiago Muri et al. Padrões de consumo alimentar nas comunidades ribeirinhas da região do médio rio Solimões-Amazonas-Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 2609-2620, 2022.

GUIMARÃES, Patrícia dos Santos et al. Consumo alimentar da população urbana em um município da Amazônia Legal, nos eventos climáticos de inundação e seca: Estudo comparativo. *Card. De saúde*, 2024.

LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar para a população brasileira. *Portal de livros abertos da USP, Brasil*, 2019.

MARTINS, Ketlen Pinheiro dos Santos et al. Transição nutricional no Brasil de 2000 a 2016, com ênfase na desnutrição e obesidade. *ASKLEPION: Informação em saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 113-132, 2022.

MEDEIROS, Ana Carolina; MAINBOURG, Evelyne Marie Therese. Food consumption profile of rural riverside populations. *Rural and Remote Health*, v. 23, n. 4, p. 1-12, 2023.

MENEGASSI, Bruna et al. A nova classificação de alimentos: teoria, prática e dificuldades. *Ciencia & saude coletiva*, v. 23, p. 4165-4176, 2018.

OLIVEIRA, Flávia Ferreira et al. Importância do agente comunitário de saúde nas ações da Estratégia Saúde da Família: revisão integrativa. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 46, n.3, p. 291-313, 2022.

RODRIGUES, Hariane Thaine Bueno Rodrigues; GARCIA, Mariana Torricone. Conhecimento e aplicação do Guia Alimentar na promoção da alimentação Adequada e saudável: estudo com médicos e enfermeiros da ESF. *Bol Inst Saúde*, v. 24, n. 2, p. 69-77, 2023. Em relação ao quesito raça/cor, 6 participantes (50%) se autodeclararam brancas, 3 pardas (25%) e 3 pretas (25%), conforme a classificação do IBGE (2022).

Recebido em: 27 de janeiro de 2025

Aceito em: 06 de abril de 2026